

Oficina e Fórum de Políticas Indigenistas
mobilizam aldeias na região de Tefé (AM)

Páginas 12 e 13

Saúde indígena: povos vão à
Capital Federal reivindicar melhorias

Páginas 14 e 15

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXIX • Nº 409
Brasília-DF • Outubro 2018

Brasília, ano zero

O resultado das Eleições 2018 causa apreensão e desassossego. O discurso de ódio e intolerância do candidato eleito ao Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro, serviu de combustível para atos de violência durante e ao fim da campanha eleitoral. Assassinatos, atentados e ameaças reais aos direitos constitucionais já ocupam o noticiário. Em tal conjuntura, os povos indígenas enfrentam, na Câmara Federal, um não tão novo ataque: o PL 490.

Páginas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9

UDR e CNA brigam pelo poder: sinais, péssimos sinais

Uma representa o agronegócio mais atrelado ao mercado, à industrialização e às commodities, de alta produtividade - sem a necessidade primeira de repassar terras à propriedade privada, mas sim explorá-las do jeito que for possível; a Confederação Nacional da Agricultura e Agropecuária (CNA), durante os governos petistas, esteve à frente deste setor, que abocanhou as maiores cifras históricas vistas no Plano Safra. Já a outra se associa ao mais atrasado que ainda ergue cercas no campo, o latifúndio estranho ao mercado e altamente concentrador de terras, pois essa é a União Democrática Ruralista (UDR), que se assume herdeira do arbítrio colonial e escravagista, com altas doses de coronelismo. Mais do que produção, desejam terras a perder de vista.

Por ter se aproximado dos governos petistas, a CNA, representada por uma de suas principais lideranças, a ruralista Kátia Abreu, que acompanhou Ciro Gomes (PDT) em sua jornada de centro-esquerda ao primeiro turno das eleições, não angariou simpatia alguma do então candidato, agora presidente, Jair Bolsonaro (PSC). Estrada pavimentada para a UDR ao novo signatário do Palácio do Planalto: afinidade na militância de xingamentos anti-petistas, *fake news* e nos discursos de ódio do capitão reformado. Tudo ficou ainda melhor com Bolsonaro prometendo liberar armas para fazendeiros defenderem a invasão de terras indígenas, quilombolas e aquelas destinadas aos clientes da reforma agrária. O presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia, grudou em Bolsonaro. Queria o Ministério da Agricultura e não negou o desejo quando inquirido por jornalistas.

Acontece que Bolsonaro não disse que sim aos intentos do ruralista, sobretudo em suas declarações onde anunciava seus ministros à população. Uma disputa estava em andamento. Diante da resistência ao seu nome, Garcia tentou emplacar um aliado para o ministério, o deputado Jerônimo Goergen, do PP do Rio Grande do Sul. Disse se tratar de uma escolha dos ruralistas, e de mais ninguém. Mas a indicação foi imediatamente desautorizada por Onyx Lorenzoni, já definido como ministro da Casa Civil a partir de 2019. O fim dessa história, por sinal, é um começo: a deputada federal Tereza Cristina (DEM/MS) será a ministra da Agricultura. Atualmente, preside a Frente Parlamentar Ruralista e tem afinidade com a CNA, compondo um grupo conservador que enxerga na UDR... o atraso.

São sinais, péssimos sinais. Se representantes da CNA se julgam mais progressistas, estando numa entidade envolvida nos mais variados e torpes movimentos para acabar com os direitos indígenas, como a PEC 215, a tese do marco temporal e o Parecer 001 da Advocacia-Geral da União (AGU), imagina o que há de mais conservador entre os ruralistas. Este cenário compõe uma conjuntura de liberação do uso de armas no campo e declarações públicas do presidente eleito contrárias aos direitos constitucionais dos povos indígenas. A briga da CNA com a UDR, que deve seguir nos bastidores, envolve dois horizontes problemáticos: o do mercado e o do latifúndio. Ambas entidades, cada qual do seu jeito, tentarão articular aquilo que a ditadura militar (1964-1985) não conseguiu: a tomada completa dos territórios indígenas, entregando-os à exploração insana do mercado e do latifúndio. A unidade da UDR e da CNA está nesse objetivo, não podemos nos enganar.

Porantinadas

Mulheres indígenas eleitas nos EUA

A vitória de Joenia Wapichana nas eleições deste ano, sendo a primeira mulher indígena eleita deputada federal no Brasil, se soma, agora, às chegadas das indígenas Deb Haaland, do estado do Novo México, e Sharice Davids, do estado do Kansas, ao Congresso dos Estados Unidos. Ambas foram eleitas, também de forma inédita, durante o pleito de meio de mandato ocorrido no dia 6 de novembro. Integrantes do Partido Democrata, se somarão aos indígenas Markwayne Mullin e Tom Cole, ambos de Oklahoma, reeleitos, mas membros do Partido Republicano.

Assanhando o formigueiro

Tantos nos EUA quanto no Brasil, discursos de origem fascista e estratégias políticas de mesmo cunho ideológico levaram à Presidência indivíduos desprovidos de apreço por democracia, direitos humanos, respeito às diferenças de credo, raça e gênero. Donald Trump e Jair Bolsonaro apostam nos xingamentos como discurso político, sem nenhuma base na realidade factual, e plantam o medo na população inventando inimigos. Reclamam da liberdade de imprensa e ameaçam opositores, evitando entrevistas coletivas e investindo na incitação ao ódio. Fomentam grupos sociais que pregam a intolerância. Quem não pode com a formiga... não deveria assanhar o formigueiro.

Justiça determina demarcação da TI Avá-Canoeiro

No mês de outubro, a Justiça Federal estabeleceu o prazo de um ano, para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) conclua a demarcação da Terra Indígena Taego Áwa, onde vive o grupo da etnia Avá-Canoeiro do Rio Araguaia, próximo à Ilha do Bananal, no Tocantins. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deverá tomar as medidas necessárias para reassentar os não índios, beneficiados pelo projeto de Assentamento Caracol I e II, sob responsabilidade do instituto.



Eu vou respeitar a Constituição, não demarcando as terras indígenas, acabando com os ativistas e opositores, armando os ruralistas e privatizando tudo...

Violência no contexto eleitoral brasileiro é denunciada à ONU e à OEA

Organizações da sociedade civil brasileira e internacionais manifestam preocupação quanto à escalada de violência e aos ataques feito pelo candidato Jair Bolsonaro (PSL) aos movimentos sociais e ativismos

Por Ascom Terra de Direitos

Na manhã desta quinta-feira (25), organizações da sociedade civil brasileira e internacionais enviaram um informe à Alta Comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) Michelle Bachelet e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em que manifestam preocupação quanto à escalada de violência relacionada ao contexto das eleições presidenciais no Brasil e aos ataques feito pelo candidato Jair Bolsonaro (PSL) aos movimentos sociais e ativismos.

“A expressão livre e plural está cerceada, gerando um clima de medo e intimidação. A violência tem tomado proporções preocupantes manifesta em discursos de ódio e ataques concretos, em sua maioria destinados a grupos minoritários (mulheres, população LGBTTI, população negra, povos indígenas, quilombolas e nordestinos/as)”, afirma o documento.

Além das denúncias de ameaças, agressões e assassinatos, em decorrência de divergências de posicionamentos políticos, a maior parte promovida por apoiadores de Jair Bolsonaro, o informe discute como a disseminação de *fake news* e declarações as de Jair Bolsonaro e seus apoiadores contra o Estado democrático de direito põem em xeque a democracia brasileira e violam os compromissos de Direitos Humanos internacionalmente assumidos pelo Estado brasileiro.

O documento também apresenta um compilado de manifestações públicas do candidato do PSL que incentivam a violência, humilham minorias e legitimam práticas contrárias aos direitos humanos. Traz ainda declarações em que o político questiona a legitimidade das eleições e instituições brasileiras – afirmando que as urnas eletrônicas estariam sendo fraudadas por seu concorrente e que não se conformaria com resultado distinto de sua vitória, instaurando um clima de insegurança e medo.



Fake news

Outro ponto que se destaca no documento-denúncia é a difusão de notícias falsas e difamatórias no contexto eleitoral. Para as organizações, as instituições brasileiras não têm respondido de forma diligente às denúncias referentes às declarações que violam direitos humanos, às agressões ocorridas por motivação política e à difusão de notícias falsas e difamatórias.

Pedidos

Como providências, são solicitados à ONU e à CIDH um pronunciamento público condenando a violência demonstrada nos diversos casos e um pedido de manifestação formal para que as instituições brasileiras garantam o direito à liberdade de associação e expressão política diante das ameaças ao Estado democrático de direito.

CPT rechaça declarações de Jair Bolsonaro contra CNBB e Cimi

Por Ascom CPT

Em Nota Pública, conselheiros e Conselheiras, Coordenação Executiva Nacional e Diretoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) repudiam veementemente as declarações ofensivas de Jair Bolsonaro sobre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O documento destaca: “As ofensas dirigidas a estes Organismos se estendem também a todos os católicos e a todas as católicas do Brasil e do Mundo, já que somos muitos e muitas, mas formamos um só corpo” (cf. 1 Cor 12, 13).

A Nota Pública:

Nós somos CNBB. Nós somos CIMI

“Felizes vocês se forem insultados e perseguidos e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim” (Mt 5, 11).

Nós, Conselheiros e Conselheiras, Coordenação Executiva Nacional e Diretoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em reunião do Conselho Nacional, queremos MANIFESTAR nosso REPÚDIO às afirmações do Sr. Jair Bolsonaro que, em vídeo que circula nas redes sociais, ofende a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), chamando estes dois Organismos de “banda podre da Igreja Católica”.

As ofensas dirigidas a estes Organismos se estendem também a todos os católicos e a todas as católicas do Brasil e do Mundo, já que somos muitos e muitas, mas formamos um só corpo (cf. 1 Cor 12, 13).

A CNBB, diferentemente das acusações do Sr. Jair Bolsonaro, é um Organismo que há 66 anos coordena as atividades de todos os bispos Católicos do Brasil, que tanto bem tem feito não somente à Igreja Católica, mas ao povo brasileiro, quando tomou a defesa dos perseguidos e torturados pela ditadura militar. Durante todos os anos de sua história tem tomado posição ao lado do bem, da verdade, da justiça, da vida, da dignidade da pessoa humana, especialmente dos mais pobres e excluídos. Tem se manifestado em Documentos, Mensagens e Notas no sentido de promover a democracia, os direitos dos trabalhadores, dos povos indígenas, das comunidades camponesas e a favor de uma Reforma Agrária autêntica.

A CNBB, portanto, não pode jamais ser chamada de “banda podre da Igreja Católica”, pelo contrário, ela nos ajuda a ser e viver

como cristãos e cristãs, no seguimento de Cristo, que veio para que tivéssemos vida e vida em abundância (cf. Jo 10, 10). A CNBB nos representa. Nós somos CNBB.

O CIMI, diferentemente das acusações do Sr. Jair Bolsonaro, é um Organismo da Igreja Católica que nasceu para SERVIR os Povos Indígenas e tem cumprido exemplarmente esta missão, sendo muitas das vezes a única voz em sua defesa e em apoio às suas lutas, para não perderem suas terras e territórios, para preservarem suas culturas e direitos e para reconquistarem territórios dos quais foram esbulhados pela sociedade envolvente.

O CIMI, também, não pode jamais ser chamado de “banda podre da Igreja Católica”. Ele é uma das muitas formas de se praticar a caridade cristã, através da prática da solidariedade com os Povos Indígenas. O CIMI nos representa. Nós somos CIMI!

Creemos que o povo brasileiro, os cristãos de todas as Igrejas e os Católicos ficarão com quem faz o bem e promove a vida e a paz; com quem busca a verdade e denuncia a mentira e as injustiças; ficarão com a CNBB e com o CIMI.

Assumimos como nossas as afirmações da Nota Conjunta da Ordem dos Advogados

do Brasil (OAB), CNBB e outras entidades sobre o momento em que vivemos. Com elas queremos:

“AFIRMAR o peremptório repúdio a toda manifestação de ódio, violência, intolerância, preconceito e desprezo aos direitos humanos, assacadas sob qualquer pretexto que seja, contra indivíduos ou grupos sociais, bem como a toda e qualquer incitação política, proposta legislativa ou de governo que venha a tolerá-las ou incentivá-las”;

“REITERAR a imperiosa necessidade de preservação de um ambiente sociopolítico genuinamente ético, democrático, de diálogo, com liberdade de imprensa, livre de constrangimentos e de autoritarismos, da corrupção endêmica, do fisiologismo político, do aparelhamento das instituições e da divulgação de falsas notícias como veículo de manipulação eleitoral, para que se garanta o livre debate de ideias e de concepções políticas divergentes, sempre lastreado em premissas fáticas verdadeiras”.

“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8, 32).

Goiânia, 26 de outubro de 2018.

Conselho Nacional, Coordenação Executiva Nacional e Diretoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT). ♦

Conjuntura política acentua violência contra os povos indígenas no Brasil após resultado das urnas

Ataques foram registrados no Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Paraná. Discursos de ódio e *fake news* oriundos do candidato vitorioso à Presidência, Jair Bolsonaro, incitam onda de violência. Clima de impunidade serve de pretexto para elites locais atacarem os povos indígenas com terras em processo de demarcação

Por Michelle Calazans, Ascom/Cimi

Lideranças indígenas de diversas regiões do país pedem socorro. Os casos de violência contra os povos tradicionais cresceram em âmbito nacional nos últimos anos. Em clima eleitoral, as violências ganharam força em discursos de ódio e intolerância, praticados também pelo Presidente da República eleito no dia 28 de outubro, Jair Bolsonaro. Durante o período de campanha eleitoral e também enquanto deputado federal, o candidato do PLS proferiu palavras de racismo, intolerância e incitou a violência contra indígenas e quilombolas. Intimidados, os povos indígenas temem que os ataques e morte registrados nas comunidades neste último mês, sobretudo no final de semana em que o segundo turno teve uma definição, possam legitimar, de fato, o cenário de genocídio na próxima legislatura (2019-2022).

Um exemplo foi a aldeia Guarani Mbya, localizada em São Vicente, litoral paulista, que foi abordada por seguidores de Bolsonaro com xingamentos e ameaças, logo após o resultado eleitoral ter sido sacramentado. Este caso, porém, foi o menos grave em uma série espalhada por todo o país. Somente em Mato Grosso do Sul – terceiro Estado mais letal do país para os povos indígenas, com 17 casos de assassinato, segundo dados do Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados 2017” -, foi palco de dois novos ataques fim de semana eleitoral contra as comunidades indígenas Caarapó e Miranda.

Até mesmo no Nordeste, região do país em que o capitão do Exército reformado foi completamente rechaçado, registrou ataques. A única escola e o único posto de saúde de atendimento ao povo indígena Pankararu, na Comunidade indígena Bem Querer de Baixo, em Pernambuco, foram incendiados criminalmente entre os dias 28 e 29 de outubro. O que soma, ainda, ao caso de brutal assassinato de Davi Gavião da aldeia Rubiácea, na Terra Indígena Governador, no Maranhão, em 13 de outubro. O indígena foi morto com quatro tiros (três no tórax e um no pescoço). Suspeita-se que a morte foi encomendada de madeireiros de Amarante, município com forte preconceito com os povos indígenas.

Esse quadro de violência denunciado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) há 21 anos por meio desse relatório de violência, consolida o aumento sistêmico e contínuo dos casos de violência praticados contra esses povos. Somente no último ano, os tipos de violência identificados, passaram de 14 para 19, com destaque para a quantidade de registros de suicídio (128 casos), assassinato (110 casos), mortalidade na infância (702 casos) e das violações relacionadas ao direito à terra tradicional e à proteção delas.



Enterro do agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, 23 anos, Reserva Te'ykue, Caarapó

Comunidade indígena Caarapó

No dia 28 de outubro, aproximadamente uma hora após a apuração das urnas e pronunciamento do novo Presidente da República eleito, Jair Bolsonaro (PLS), 40 caminhonetes circularam várias vezes em comboio na região que faz divisa com a aldeia indígena Caarapó.

Segundo informações dos indígenas Guarani-Kaiowa, devido ao histórico de massacre praticado aos indígenas na região, a presença dessas caminhonetes representa claro sinal de intimidação e ameaça aos indígenas.

A região possui um histórico de violência contra os Guarani e Kaiowa. Em 2016, um ataque brutal de fazendeiros, conhecido como Massacre de Caarapó, resultou na morte do Agente de Saúde, Clodiodi de Souza e feriu gravemente outras cinco pessoas. Na época, uma carta assinada por 700 indígenas, denunciou a completa omissão do governo pelo crime e ao invés dos fazendeiros, as lideranças indígenas foram indiciadas criminalmente e ameaçadas por prisão.

Os indígenas explicam que a aldeia é dividida apenas por uma cerca de arame farpado e as armas letais foram direcionadas para os indígenas. Todos da aldeia presenciaram o ato e felizmente ninguém foi atingido. Os tiros representam intimidação

O Massacre de Caarapó aconteceu em plena luz do dia. O indígena Clodiodi foi morto aos 26 anos, dia 14 de junho de 2016, baleado em um ataque na fazenda Yvu, dentro da Terra Indígena (TI) Dourados-Amambai Pega I, no município de Caarapó (MS) – cidade localizada a 273 km de Campo Grande. Segundo relatos de indígenas, o ataque aconteceu de forma intencional, que envolvia ameaças dos fazendeiros perante as forças de segurança o Estado, com tiros disparados em direção a regiões vitais do corpo dos indígenas, como cabeça, tórax e abdômen.

Nesse contexto, a comunidade indígena Caarapó enfrentou processos de reintegração de posse que ordenou o despejo das comunidades tradicionais Pindoroky, Nhamôe Guavyray e Guapoy Guasu, dos povos Guarani e Kaiowá. Situação, inclusive, repudiada pelo Conselho Continental da Nação Guarani – composta por lideranças Guarani e Kaiowá do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia.

Diante da possibilidade um novo massacre, em março deste ano, o Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA) voltou a manifestar repudiou em carta a “ação violenta do Estado Brasileiro, que insiste em não reconhecer os direitos originários sobre os territórios Guarani e Kaiowá”. O documento foi direcionado às autoridades brasileiras e comunidade internacional de Direitos Humanos, o documento responsabiliza o executivo e judiciário brasileiro por “por qualquer dano causado a vida de nosso Povo.

Foto: Ana Mendes/Cimi

Foto: Acervo Cimi Regional MS



Comunidade Indígena Caarapó: série de violências contra tekoha segue impune e não há perspectivas de mudanças

Terra Indígena Pilad Rebuga

O cenário de violência na comunidade indígena foi ainda mais grave, segundo lideranças indígenas da Aldeia indígena Passarinho, na Terra Indígena Pilad Rebuga, em Miranda. Fazendeiros locais, explicam as lideranças, chegaram em quatro caminhonetes, logo após a divulgação do resultado das eleições presidenciais, encostaram os veículos na divisa da aldeia com a fazenda Garrote, soltaram fogos de artifício e em seguida começaram a atirar a direção dos indígenas.

Os indígenas explicam que a aldeia é dividida apenas por uma cerca de arame farpado e as armas letais foram direcionadas para os indígenas. Todos da aldeia presenciaram o ato e felizmente ninguém foi atingido. Os tiros representam intimidação.

Os casos acontecidos no Mato Grosso do Sul somam, também, ao incêndio criminoso praticado contra a única escola e o único posto de saúde de atendimento ao povo indígena Pankararu, na aldeia Bem Querer de Baixo, em Pernambuco

De acordo com o povo indígena, os ataques fazem parte da própria história de vida da aldeia. Há registro, por exemplo de ataque de policiais da Polícia Estadual e da ROTAI à comunidade, em junho de 2008. Na presença de mulheres, crianças e idosos, os policiais foram jogadas bombas em direção às pessoas, atiraram com munição real na direção dos indígenas e nas casas que existem dentro da área indígena Aldeia Passarinho.

Comunidade indígena Bem Querer de Baixo

Os casos acontecidos no Mato Grosso do Sul somam, também, ao incêndio criminoso praticado contra a única escola e o único posto de saúde de atendimento ao povo indígena Pankararu, na aldeia Bem Querer de Baixo, em Pernambuco. O ato de violência foi praticado exatamente após o resultado da eleição presidencial, na noite de domingo, dia 28, após o resultado do segundo turno. O Posto de Saúde e a escola são municipais, geridos pelo município e cedidos para uso do povo Pankararu.

Os indígenas Pankararu informaram que foi registrado Boletim de Ocorrência e aguardam a perícia policial. O município de Jatobá/PE ficou responsável por acionar a justiça. A política esteve no local, realizou o isolamento da área, mas as famílias posseiras já violaram os lacres instalados pela polícia.

Foto: Mídia Ninja



Registro da degradação da escola cedida pelo governo municipal ao povo indígena Pankararu

Foto: Mídia Ninja



Registro do que sobrou do Posto de Saúde da Família de atendimento aos indígenas Pankararu

A situação geral dos povos indígenas no Brasil foi repudiada pelo Conselho Continental da Nação Guarani – composto por lideranças do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia

A maior preocupação do povo Pankararu é que o incêndio criminoso foi a consolidação de uma ameaça apresentada pelas famílias posseiras aos indígenas há cerca de seis meses e agora cumprida. Após o incêndio, uma nova ameaça foi apresentada ao povo Pankararu, de envenenamento da água que abastece a aldeia Bem Querer de Baixo.

Em nota, o povo Pankararu se manifestou nesta segunda-feira (29) sobre o ocorrido: “Hoje nosso povo acorda com uma escola e um PSF destruídos pelo fogo do ódio, preconceito e da intolerância. A Escola São José e o PSF, prédios da Prefeitura de Jatobá, localizados na aldeia Bem Querer de Baixo, foram criminosamente incendiados tendo praticamente perda total da estrutura física, móveis, documentos, equipamentos... Pouca coisa se salvou”.

A aldeia Bem Querer de Baixo destacou, ainda, ser historicamente uma das principais áreas de conflitos entre indígenas e as famílias posseiras e onde recentemente tivemos ganho de causa pela reintegração de posse da nossa reserva. “Os maiores prejudicados são as crianças sem escola nas vésperas do fim do ano letivo, a comunidade sem o PSF onde eram realizados cerca de 500 atendimentos mensais e a nossa alma que é constantemente ferida, machucada... Mas jamais silenciada. Que se faça a devida investigação, que os culpados sejam punidos, que haja justiça!”

Além disso, o povo indígena também ressaltou, em nota publicada na página do Facebook “Povo Pankararu”, que o momento requer cautela e calma: “As investigações estão acontecendo, o local foi isolado pela polícia e breve teremos mais notícias. As lideranças irão se reunir em breve para tomar os devidos posicionamentos e traçar a melhor estratégia para reverter essa situação, mas saibam, contaremos com cada um de vocês que emanaram amor e solidariedade nesse dia. Breve mais notícias e como se dará a campanha para reconstrução da escola e da unidade de saúde. Desde já agradecemos todo o carinho que recebemos e contamos com cada um. Ninguém solta a mão de ninguém. Que a Força Encantada nos guie e nos proteja. Resistir!”

Há décadas os Pankararu lutam pelo usufruto exclusivo da Terra Indígena demarcada. É importante ressaltar que em setembro do ano passado, transitou em julgado no

Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, com ganho de causa ao povo Pankararu e contra as famílias posseiras, acerca do direito à Terra Indígena. A partir daí o cenário de violência se agravou na região, com residência das famílias posseiras.

O povo Pankararu denunciou a caótica situação vivenciada pela comunidade na Comissão de Direitos da Assembleia Legislativa de Pernambuco, na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, na unidade Ministério Público Federal em Serra Talhada, no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e na Justiça Federal, que responde pelo povo Pankararu.



Foto: Povo Gavião

Enterro do indígena Davi Gavião da aldeia Rubiácea, Terra Indígena Governador

Assassinato de Davi Gavião

No Maranhão, as comunidades indígenas passam por situação semelhante. Na madrugada de 13 de outubro, Davi Gavião da aldeia Rubiácea, Terra Indígena Governador, foi assassinado com quatro tiros (três no tórax e um no pescoço). De acordo com a liderança do povo indígena Gavião, a morte de Davi tem relação direta com as invasões de madeireiros de Amarante, município com forte preconceito com os povos indígenas.

A liderança indígena explica, também, que a Polícia Civil de São Luís está cuidando do caso e já identificou cápsulas de pistola na região em que Davi Gavião foi assassinado. “Nós fizemos a denúncia da invasão da terra. Falamos com a Polícia Federal, com o Ministério Público mas nada foi feito. Os madeireiros estão matando os indígenas. O Davi estava na cidade e não tinha onde dormir, então ele decidiu pernoitar na praça do motofrete e lá mataram ele”, disse a liderança que preferiu não se identificar.

Existe um histórico de invasões de madeireiros na terra indígena. Em 2016, quatro indígenas Guajajara da região também foram assassinados no prazo de um mês – Aponuyre, Genésio, Isaías e Assis Guajajara (na foto, à frente), todos da Terra Indígena (TI) Arariboia, no Maranhão. Com pouca fiscalização e sem sinal de investigação dos culpados, os indígenas Guajajara que vivem na área – já demarcada e habitada também por índios Awá isolados – sofrem com a constante pressão de madeireiros e temem por sua segurança.

Completa omissão aos povos indígenas

No último ano, em específico, o governo Temer não homologou nenhuma terra indígena. Este fato o coloca como o presidente com o pior desempenho neste quesito. No ano passado, o Ministério da Justiça assinou apenas duas Portarias Declaratórias e a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou seis terras como sendo de ocupação tradicional indígena.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 determinou a demarcação de todas as terras indígenas no Brasil até 1993, fica evidente uma completa omissão do Executivo no cumprimento desta obrigação constitucional.

MPF determina abertura de inquérito policial para investigar incêndio em aldeia Pankararu

Escola e posto de Saúde usados pela comunidade indígena foram incendiados na madrugada da última segunda-feira (29). Audiência pública para tratar da desintração da Terra Pankararu será realizada em 22 de novembro

Por Ascom MPF/PE

O Ministério Público Federal (MPF) em Serra Talhada (PE) determinou à Polícia Federal (PF) a abertura de inquérito para investigar o incêndio ocorrido em um posto de saúde e uma escola situados na aldeia Bem Querer de Baixo, no município de Jatobá, no Sertão pernambucano. A procuradora da República Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves requereu também que sejam implementadas rondas policiais diárias no local.

O MPF vai promover, em 22 de novembro, a partir das 9h30, na Câmara Municipal de Vereadores de Jatobá, audiência pública para tratar da desintração da Terra Indígena Pankararu, que fica entre os municípios pernambucanos de Jatobá,

Petrolândia e Tacaratu. A desintração é um instrumento jurídico que visa garantir a efetivação plena dos direitos territoriais indígenas, por meio da retirada de eventuais ocupantes não indígenas.

Foram convidados a participar do evento lideranças indígenas e de outros grupos sociais envolvidos, bem como representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Defensoria Pública da União, Secretaria de Articulação da Presidência da República, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de PE, Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de PE, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar de PE, Justiça Federal de Serra Talhada, Conselho Indigenista Missionário e Prefeitura Municipal de Jatobá.

Cadastro de expositores

Entre 22 de outubro e 16 de novembro, cidadãos e representantes de entidades civis puderam se cadastrar para fazer exposição durante a audiência. O cadastro é realizado por e-mail, telefone ou presencialmente, na sede do MPF em Serra Talhada (mais informações abaixo). O evento é aberto ao público e à imprensa, respeitada a capacidade do auditório onde será realizado.

O processo de desintração da Terra Indígena Pankararu vem sendo acompanhado pelo MPF por meio do procedimento administrativo nº 1.26.003.00029/2018-37. Em junho passado, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região concedeu, em decisão unânime, a reintegração de posse da área de 8,1 mil hectares aos índios. Os Pankararu vivem na região desde 1700. O processo de reintegração de posse tramitava na Justiça Federal desde 1993.

A procuradora da República Maria Beatriz Ribeiro Gonçalves requereu também que sejam implementadas rondas policiais diárias no local



Foto: Angelo Bueno/Cimi-NE

Ritual Praia durante a última Assembleia Geral do Povo Pankararu, ocorrida no início de maio

Indígena Ava-Guarani Donecildo Agueiro sofre atentado a tiros em Guaíra/PR

A agressão ocorreu após reunião da Coordenação Técnica Regional da Funai sobre demarcação de terras indígenas na região

Por Michelle Calazans, Ascom/Cimi

Omissão e morosidade na regularização de terras indígenas fazem nova vítima em Guaíra/PR, na tarde dessa terça-feira (06). O indígena Ava-Guarani Donecildo Agueiro, de 21 anos, do Tekoha Tatury, sofreu atentado a tiros após sair de reunião da Coordenação Técnica Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), sobre demarcação de terras indígenas na região. O indígena encontra-se internado no Hospital Regional de Toledo.

Segundo o Cacique do Tekoha Y'Hovy, o cenário de violência enfrentado pelos indígenas em Guaíra é crítico e se acentuou desde 2012. "Sofremos constantes ameaças, racismo, violência com arma de fogo, entre outras agressões. Os casos são extremamente recorrentes, inclusive com sequestro de indígenas para o Paraguai. A situação acalmou um pouco em 2017, com o trabalho do Ministério Público Federal (MPF) na região. Agora, as agressões voltaram a acontecer após a divulgação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena, emitido pela Funai", explicou.

O cacique do Tekoha Y'Hovy destacou, ainda, que um grupo de fazendeiros estimula, ainda mais, a violência os povos indígenas na região. "Esse grupo tem função única e exclusiva de intimidar e acuar, ainda mais, as comunidades indígenas da região. O que implica, também, no aumento dos casos de violência praticados contra esses povos. Não sabemos mais para quem pedir socorro. A Funai até ajuda, mas não tem como avançar em situação de violência. A atuação do MPF contribuiu para amenizar os casos de violência, mas não extinguiu de fato", de fato.

Para piorar a situação, a Polícia Civil local se recusou em registrar o Boletim de Ocorrência (BO) do atentado de Donecildo Agueiro, explicou a missionária do Conselho Indigenista Missionário na Região Sul. "O Registro foi feito somente após a presença de um representante da Funai na Delegacia de Polícia e não é a primeira vez que essa recusa é manifestada, infelizmente", lamentou.

Protesto contra racismo, preconceito e extermínio

Em 2013, caciques e lideranças Ava-Guarani do oeste paranaense reivindicavam ao Poder Público por demarcação de terras, saúde e educação. Na época, a situação de vulnerabilidade às violências, insegurança alimentar e violações aos direitos indígenas eram intensas na região. A reportagem do Jornal Porantim "Avá-Guarani do oeste paranaense: o povo que o governo diz não existir", de agosto/2013, retratava, na época, a desassistência aos direitos mais básicos, como água potável e saneamento, além da paralisação dos procedimentos de demarcação, comunidades já viviam, na época, em espaços reduzidos e chegam a passar fome.

As consequências da falta de demarcação repercutiram também, na ocasião, em 2013, em todos os aspectos da vida dos Guarani do oeste paranaense. Os governos municipais e estadual usaram o argumento da não regularização das terras para se eximirem da responsabilidade na prestação de serviços públicos, como transporte escolar, construção de escolas nas aldeias, fornecimento de água e alimentação, além de garantias de acesso aos hospitais e postos de saúde.

Manifesto de apoio às comunidades Guarani do Oeste do Paraná

Em dezembro de 2017, foi assinado um manifesto de apoio às comunidades Guarani do oeste paranaense contra o discurso de ódio praticado contra a presença das comunidades Guarani em suas áreas de ocupação tradicional, cujos estudos estão sendo realizados pela Fundação Nacional do Índio. Na



Protesto Guarani na cidade de Guaíra, Paraná, ocorrida em 2013

As consequências da falta de demarcação repercutiram em todos os aspectos da vida dos Guarani. Os governos municipais e estadual usaram o argumento da não regularização das terras para se eximirem da responsabilidade na prestação de serviços públicos

Foto: Ruy Sposar/Cimi



Crianças Guarani também são alvos de racismo nas ruas de Guaíra

Foto: Cosmarina de Oliveira/Cimi Sul



Tekoha Mokoi Joegua

época, o documento foi assinado por mais de uma dezena de organizações, movimentos sociais e mandatos parlamentares. Conforme o manifesto, grupos de trabalho da Funai estão sendo coibidos na realização dos estudos demarcatórios – garantidos pela Constituição Federal e legislação correlata.

Violência contra o patrimônio indígena

De acordo com levantamento do Relatório "Violência contra os povos indígenas – Dados 2017", o Estado do Paraná está entre os 63% das 847 terras indígenas que encontram-se sem nenhuma providência por parte do governo. No total, o Paraná possui 20 terras tradicionais em situação de total omissão. Além de 14 terras indígenas com pendência para identificação, uma terra declarada e quatro identificadas.

Nesse contexto, é importante ressaltar que em âmbito nacional o governo Temer não homologou nenhuma terra indígena em 2017. Este fato o coloca como o presidente com o pior desempenho neste quesito. No ano passado, o Ministério da Justiça assinou apenas duas Portarias Declaratórias e a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou seis terras como sendo de ocupação tradicional indígena.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 determinou a demarcação de todas as terras indígenas no Brasil até 1993, fica evidente o desrespeito do Executivo no cumprimento desta obrigação constitucional.

Manifesto contra despejos das comunidades Ava-Guarani no Oeste do Paraná

Em setembro deste ano, o Observatório da Temática Indígena da América Latina (OBIAL), no âmbito do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, manifestou publicamente sua preocupação com relação as ações de reintegração de posse, em curso, impetradas por Itaipu Binacional contra o Tekoha Pyau (Nº 5003291-84.2018.4.04.7002/PR); Tekoha Curva Guarani (Nº 5006864-33.2018.4.04.7002/PR); Tekoha Ara Porã (Nº 5008419-85.2018.4.04.7002/PR); Tekoha Mokoy Joegua (Nº 5003164-49.2018.4.04.7002/PR) localizados no município de Santa Helena; e, Tekoha Yva Renda (Nº 5008419-85.2018.4.04.7002/PR) localizado no município de Itaipulândia.

No manifesto, o OBIAL espera que Itaipu Binacional reveja sua posição e atue por meio de diálogo, buscando equacionar o grave problema fundiário que afeta o povo Guarani. Da mesma maneira, espera-se que o Estado brasileiro faça cumprir a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e devolva as terras aos Guarani. ♦

Projeto ruralista que altera Estatuto do Índio e cria lei antidemarcação pode ser votado na Câmara

Pronto para ir à votação na Comissão de Constituição e Justiça, parecer sobre PLs 490 e 6.818 estabelece marco temporal como critério para demarcações e retira direito de consulta prévia

Por Tiago Miotto, Ascom/Cimi

O Projeto de Lei (PL) 490/2007, junto às outras onze medidas que tramitam com ele, está em estágio avançado na Câmara dos Deputados. O parecer apresentado pelo ruralista Jerônimo Goergen (PP/RS), relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), está pronto para ser votado e traz graves ameaças aos direitos constitucionais dos povos indígenas. A bancada ruralista passou a pautar, no final de outubro e início de novembro, a votação, tratada por estes parlamentares como urgente, mas não atingiram o quórum necessário. A batalha seguirá seu curso em novos capítulos.

Em seu relatório, Goergen, que chegou a ser cotado para o Ministério da Agricultura do próximo governo, defende a aprovação de um substitutivo ao PL 6.818, que é um dos projetos apensados – ou seja, que tramitam juntos por tratarem de matéria semelhante – ao PL 490. Sua proposição descarta a proposta original do já inconstitucional PL 490, mas é ainda pior: altera o Estatuto do Índio e cria uma nova lei para “regular a demarcação de terras indígenas”.

Na prática, o substitutivo proposto por Goergen estabelece um conjunto de dispositivos que inviabilizam as demarcações, facilitam obras e a exploração de recursos em terras indígenas e retiram o direito de consulta prévia dos povos originários, consagrado internacionalmente e garantido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

O parecer do deputado também insere no Estatuto do Índio – que data de 1973 – a tese do marco temporal, segundo a qual os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

A partir do relatório de Goergen, o conteúdo do Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU) – conhecido como Parecer Antidemarcação e apontado como inconstitucional pelo Ministério Público Federal (MPF) – também é incorporado ao projeto e pode ser fixado em lei.



Protesto realizado pelos povos indígenas presentes no Acampamento Terra Livre (ATL) 2018

Em parecer sobre o projeto de lei, a Assessoria Jurídica do Cimi avalia que o substitutivo de Goergen “é inconstitucional, pois afronta os artigos 231 e 232 da Constituição Federal”. A análise também aponta que o PL “se utiliza de precedentes já superados” pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e usa apenas partes de decisões que, fora de contexto, prejudicam os povos indígenas.

“Trata-se de mais uma iniciativa anti-indígena por meio da qual a bancada ruralista tenta aprovar o conteúdo também presente na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 e no Parecer 001 da AGU de Temer”

Os parlamentares Chico Alencar (RJ) e Ivan Valente (SP), ambos do PSOL, apresentaram um voto em separado no qual apontam que os PLs 490 e 6.818, assim como os outros apensados a eles, são inconstitucionais, restringem as demarcações e atendem aos “interesses de grupos econômicos específicos”, com a finalidade de “eliminar boa parte dos direitos conquistados pelos povos indígenas”.

“Trata-se de mais uma iniciativa anti-indígena por meio da qual a bancada ruralista tenta aprovar o conteúdo também presente na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 e no Parecer 001 da AGU de Temer”, avalia Cleber Buzatto, secretário executivo do Cimi.

Caso seja aprovado na CCJC, o substitutivo de Goergen ao PL 6.818 passa ao plenário e pode ser aprovado por maioria simples – ou seja, basta obter votos favoráveis da maioria dos parlamentares presentes.

Principais pontos do substitutivo ao PL 6.818

O relatório de Jerônimo Goergen (PP-RS) propõe a rejeição do PL 490/2007, assim como de outros dez dos onze projetos que tramitam juntos a ele, e a aprovação de um substitutivo ao PL 6.818/2013, que passaria a ser o principal do conjunto. Sua proposição afetaria todas as terras indígenas – tanto as já demarcadas quanto as que estão em meio ao processo de demarcação, ou que ainda nem tiveram providências do Estado. Confira seus principais pontos:

Ataque às demarcações

- As demarcações ficariam sujeitas à tese inconstitucional do “marco temporal”, segundo a qual só seriam consideradas terras tradicionais aquelas sob a posse dos indígenas em 5 de outubro de 1988
- A revisão de limites das terras demarcadas de forma incompleta, abaixo de seu tamanho real, seria proibida
- O relatório circunstanciado de identificação e delimitação (RCID) de terras indígenas, produzido pela Funai, seria enfraquecido e dificultado, com exigên-

cias como o registro em áudio e vídeo de todos os depoimentos colhidos durante o estudo

- O projeto abre margem para a criminalização dos/as antropólogos/as responsáveis pelos estudos de identificação e delimitação
- Estados e Municípios onde se localizam as terras indígenas em estudo teriam “voz e voto” no procedimento administrativo, transformando o processo técnico de reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas em um processo político
- A demarcação de terras indígenas para mais de um povo, tal qual ocorre em Raposa/Serra do Sol, seria proibida
- Nos casos em que há ocupantes não-indígenas sobre a terra em estudo, a demarcação ocorreria por “via judicial”. Passariam a ser de boa-fé, e indenizadas, as benfeitorias construídas até a homologação da terra tradicional
- Todas as terras indígenas ainda não homologadas seriam afetadas por esses pontos

Ataque aos direitos de consulta prévia e de usufruto exclusivo

- O direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, estabelecido pela Convenção 169 da OIT, seria completamente ignorado nos casos de instalações militares, construção de estradas e redes de comunicação, exploração de alternativas energéticas, como hidrelétricas, entre outras
- A construção destes e de outros empreendimentos em terras indígenas seria permitida, assim como questões de “interesse da política de defesa e soberania nacional”
- No caso de sobreposição de unidades de conservação sobre terras indígenas, a gestão das áreas ficaria por conta do ICMBio, que seria responsável por permitir ou não a circulação de não indígenas
- O ingresso, trânsito e permanência de não índios em terras indígenas seria permitido, “desde que justificados”, com a proibição de cobrança de “tarifas ou quantias de qualquer natureza”



Com as mãos pintadas de urucum, presidente da CCJC, deputado Daniel Vilela (MDB-GO) assina documento em que lideranças indígenas pedem a retirada do PL 490 de pauta

Emaranhado de projetos

Parado desde 2015, o PL 490 voltou a ser movimentado neste ano, depois que a intervenção federal no Rio de Janeiro foi decretada por Temer. Enquanto a intervenção vigora, não se pode fazer mudanças na Constituição Federal e a tramitação de Propostas de Emenda Constitucional (PECs) fica impedida – o que inclui a PEC 215, principal proposta anti-indígena dos ruralistas na Câmara.

Por isso, parlamentares ruralistas têm movimentado uma série de projetos de lei para flexibilizar o licenciamento ambiental, ampliar o uso de venenos e permitir a venda de terras para estrangeiros e liberar obras em terras indígenas – inclusive por meio da adulteração de medidas provisórias.

A proposta original do PL 490, apresentada em 2007 pelo também ruralista Homero Pereira (PSD-MT), tinha uma pretensão semelhante à da primeira versão da PEC 215: fazer com que as demarcações de terras indígenas passassem a ser uma atribuição do Legislativo, feitas por meio de projetos de lei – algo que o Ministério Público Federal (MPF) já apontou ser inconstitucional.

Durante sua tramitação, foram apensados ao PL 490/2007 outros onze projetos de lei que também tratam da demarcação de terras indígenas – dez dos quais são de autoria de ruralistas. O parecer de Jerônimo Goergen propõe uma nova redação a um substitutivo do PL 6.818/2013, que é um destes onze projetos apensados e, agora, passaria a ser o principal do conjunto.

Parcialidade ruralista

A fixação da tese do marco temporal é um dos principais aspectos da proposta de Goergen, e só não se aplicaria em casos de “renitente esbulho devidamente comprovado”, ou seja, nos casos em que a disputa pela terra indígena, seja ela por conflito físico ou jurídico, tenha se estendido até o dia 5 de outubro de 1988.

A revisão de limites de terras indígenas demarcadas com tamanho menor do que deveriam – chamada pelos ruralistas de “ampliação de terras indígenas” – também passaria a ser proibida por lei.

Ambos os pontos restringem o direito dos povos indígenas à demarcação de suas terras tradicionais e constam do “Parecer Antidemarcação” da AGU. Conforme destaca a Assessoria Jurídica do Cimi, são proposições inconstitucionais e que subvertem julgamentos do STF – especialmente do caso Raposa Serra do Sol.

Naquele processo, o STF votou a favor dos indígenas e da demarcação contínua da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, descartando a proposta de uma demarcação em ilhas. A Corte também estabeleceu 19 condicionantes no julgamento, mas determinou que elas não deveriam ser aplicadas a outros casos.

Na avaliação da Assessoria Jurídica do Cimi, o substitutivo ao PL 6.818 “segue uma linha de reinterpretção do julgado no caso Raposa Serra do Sol”, ao extrair dele “excertos, teses marginais e periféricas” e ignorando o fato

Congresso anti-indígena

O PL 490 é uma das 33 proposições que ameaçam os direitos dos povos indígenas no Congresso Nacional, segundo levantamento feito em 2017. Assim como este PL tramita com outros onze projetos apensados, as 33 proposições reúnem um conjunto de mais de 100 projetos de lei que visam alterar direitos indígenas – a maioria com a intenção de retirá-los ou restringi-los.

O próprio Jerônimo Goergen, integrante das Frentes Parlamentares da Agropecuária (FPA) e da Mineração, é autor de outros dois projetos que pretendem anular demarcações de terras indígenas: o PDC 348/2016, que pretende sustar a demarcação da TI Piaçaguera, em São Paulo, e o PDC 388/2016, que visa fazer o mesmo com a TI Mato Castelhanos, no Rio Grande do Sul.

Não por acaso, 17 das 33 proposições buscam alterar o processo de demarcação de Terras Indígenas – todos com viés anti-indígena. Dos 11 deputados da atual legislatura que são autores de projetos, dez, incluindo Goergen, são integrantes ativos da bancada ruralista.

Indígenas de Rondônia pintam mãos do presidente da CCJC de urucum: “se PL 490 for aprovado, derramará sangue”

Desde que o parecer de Jerônimo Goergen ao PL 490 foi apresentado na CCJC, em maio, os povos indígenas têm acompanhado as votações da comissão e lutado para que a proposta seja rejeitada. Entre maio e junho, o parecer foi por diversas vezes incluído na pauta de votação da CCJC.

Em parecer sobre o projeto de lei, a Assessoria Jurídica do Cimi avalia que o substitutivo de Goergen “é inconstitucional, pois afronta os artigos 231 e 232 da Constituição Federal”

de que, no essencial, o julgamento favoreceu os indígenas.

Ironicamente, a proposta do deputado Jerônimo Goergen proíbe que uma terra seja demarcada para mais de um povo – uma proposição que desconsidera a realidade de diversas terras indígenas do Brasil e contraria exatamente o ponto principal da decisão do STF no caso Raposa Serra do Sol.

A Assessoria Jurídica do Cimi cita outros 29 precedentes do STF que vão num sentido oposto ao defendido pelos ruralistas – entre eles, dois julgamentos do pleno do STF que, ao longo do último ano, reafirmaram o caráter originário dos direitos indígenas e afastaram a tese do marco temporal no caso dos quilombolas.

Em junho, ao solicitar ao presidente da CCJC, deputado Daniel Vilela (MDB-GO), que retirasse o PL 490 da pauta da comissão, lideranças indígenas de Rondônia pintaram suas mãos com urucum.

“O urucum demonstra o sangue dos povos que pode ser derramado por esse projeto de lei”, afirmou ao deputado Rosa Guarasugwe. “Esse projeto fere os direitos indígenas dos povos do Brasil e que fere a Constituição. Se o senhor assinar, vai estar matando todos os povos indígenas do Brasil”.

Presentes em Brasília para fazer incidências em defesa de seus direitos nos diversos órgãos públicos da capital federal, os indígenas dos povos Kassupá, Karitiana, Wayoro, Migueleno, Guarasugwe, Puruborá e Karipuna abordaram Vilela quando ele caminhava em direção à sua sala, minutos antes do início de uma sessão que teria o PL 490 na pauta.

“Eu vivo sofrendo, na idade que tenho, meus filhos, meus netos, todos sofrendo por causa dessa casa que desobedece as leis. Nossa Constituição está sendo rasgada aqui”, reforçou ao deputado a liderança Hosana Puruborá.

Com as mãos pintadas de vermelho, o deputado assinou o documento entregue pelos indígenas e informou-os que, para retirar o PL de pauta, precisaria de um acordo entre os membros da comissão.

Iniciada a reunião, a pressão dos indígenas e aliados surtiu efeito: parlamentares aliados obstruíram a sessão e o PL foi temporariamente retirado da lista para votação. Tudo indica, entretanto, que a proposição anti-indígena será novamente pautada em breve – o que exigirá atenção e mobilização constantes.

Terras já demarcadas também estão na mira

O projeto também prevê a participação de entidades da sociedade civil, estados e municípios “desde o início do processo administrativo demarcatório”, estes últimos com poder de “participação efetiva, voz e voto”.

Por outro lado, o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada previsto na Convenção 169 da OIT é desrespeitado, com a autorização para que intervenções militares, construção de estradas, empreendimentos de energia e “o resguardo de riquezas de cunho estratégico” ocorram sem qualquer consulta às comunidades ou à Funai.

Em sua análise, a Assessoria Jurídica do Cimi destaca que, em nenhum momento, indígenas foram consultados a respeito das mudanças propostas pelos PLs, o que em si já representa um “vício insanável” no projeto.

O substitutivo de Goergen ainda estabelece que, nos casos de sobreposição de unidades de conservação a terras indígenas, a área sobreposta ficaria sob gestão do órgão ambiental federal. ♦

Lideranças indígenas Kaingang participam de seminário em Rio Grande/RS

O evento foi realizado pela Cáritas do Rio Grande do Sul para fortalecer a defesa de direitos desses povos, tendo em vista as violências praticadas neste período eleitoral

Por Michelle Calazans, Ascom/Cimi com informações da Cáritas/RS

Lideranças indígenas da comunidade Kaingang, da Aldeia Gyró, participaram, entre os dias 20 e 21 de outubro, em Rio Grande/RS, do seminário “Trajetórias das lutas de construção dos direitos indígenas, quilombolas, migrantes/refugiados e os desafios metodológicos da ação”, com lideranças quilombolas e migrantes das dioceses de Bagé, Rio Grande e Pelotas. O evento foi realizado pela Cáritas do Rio Grande do Sul para fortalecer a defesa de direitos desses povos, tendo em vista as violências praticadas neste período eleitoral. A avaliação das lideranças contextualizou, ainda, a articulação coletiva para assegurar o cumprimento da Constituição Federal.

O Cacique indígena, Pedro Salvador, compartilhou a vivência, história e lutas da comunidade Kaingang. “Em primeiro lugar quero apresentar minha mãe, pois sem ela eu não estaria aqui. Também quero chamar meu pai. Eles sempre me criaram dentro de nossa cultura, por isto aprendi a lutar”. A partir de então contou a história da comunidade indígena, as conquistas, as tristezas que carregam e as preocupações com o futuro.

De acordo com o Cacique Pedro Salvador, é terrível o que fizeram com os indígenas e os quilombolas, massacrados no Brasil. “Essa terra brasileira é nossa e ainda hoje tem muitas pessoas que não quer ver a nossa cara, não quer que a gente exista. A gente foi criado dentro das matas verdes, comia frutas, comia peixes, usava as ervas, plantava roçado. Meu pai só precisava disso aqui (mostrou uma lança) pra alimentar a gente com caça. E hoje? Onde vou achar caça? As máquinas começaram a entrar e tiraram tudo da gente. Hoje, o grande agricultor chama a gente de vagabundo. Minha alma sente falta disso, minha alma chora. Mesmo que eu tombe na luta pela terra, minha luta não vai acabar!”, assegurou.

Para o coordenador do Cimi Sul, Roberto Liebgott, no decorrer deste processo eleitoral – e mesmo antes dele – percebemos que as forças antidemocráticas, contraria aos direitos fundamentais e humanos – incluso neles os direitos indígenas, quilombolas – passaram a agir de modo mais aberto, explícito e expressando diversas formas de preconceito e intolerância. “As manifestações de preconceito concretizaram-se por discursos de ódio contra os outros, ou seja, propagaram que indígenas e quilombolas são, entre outros sujeitos, inimigos da pátria, da família e da propriedade, que eles causam insegurança jurídica aos que querem um país onde se pretende a garantia da propriedade, os costumes e as tradições das elites dominantes”, pontuou.

Além disso, Roberto Liebgott explica que é perceptível nos últimos meses, que as pessoas são marginalizadas pela roupa que usam, pelo cabelo, pela cor da pele e pelo que elas defendem em termos de uma sociedade plural e onde os direitos sejam iguais, mas respeitando as diferenças. “Neste período terras indígenas foram invadidas sem constrangimentos e obstáculos, há uma nítida percepção de que estejam sendo autorizados pelo processo político e pelo modo como o país é governado. Há, para além e é mais grave, a sensação de que os poderes públicos estão enfraquecidos e este lugar vem sendo ocupado por aqueles setores da política e da economia que pregam o



De acordo com o Cacique Pedro Salvador, é terrível o que fizeram com os indígenas e os quilombolas, massacrados no Brasil

O migrante haitiano Ricardo Calixte afirma que não há muita diferença entre a luta deles e a dos indígenas: “na minha terra tinha índios e hoje não tem mais, foram massacrados”

fascismo como regra no gerenciamento da sociedade e a segregação daqueles que são considerados riscos a essa probabilidade”, reiterou.

Neste contexto, esclareceu o coordenador do Cimi Sul, os direitos individuais e coletivos, todos eles, estão sendo dispensados e planeja-se para o lugar do direito a imposição de regras escolhidas pelo regime de opressão. Para Roberto Liebgott, nesse ambiente de opressão não cabem povos indígenas, quilombolas, homossexuais, casamentos homo afetivos, educação diferenciada, ativismos políticos, sociais, ambientais e direitos humanos. “Nele não cabe a liberdade e rompem-se as regras de convivência e de normalidade. Nele restará a clandestinidade para alguns, prisões em massa e a morte. Os que estão assentados dentro dos poderes públicos, neste contexto,

se acovardam para assegurarem a sua manutenção e com ela avalizarem a barbárie. Como sempre aconteceu na história onde os regimes de exceção preponderaram. Mas há, ainda, esperança de que o Bem Viver vença o medo, o ódio e a intolerância e possamos sonhar com um amanhã repleto de vida, diferenças e diversidades”, completou.

Segundo o migrante haitiano residente em Rio Grande, Ricardo Calixte, não há muita diferença entre a luta deles e a dos indígenas. “Na minha terra tinha índios e hoje não tem mais, foram massacrados”. Da mesma forma, Eva Pinheiro, falando sobre as comunidades quilombolas de Piratini relatou que a luta deles, como a dos indígenas, é muito dura: “é pelo reconhecimento à terra onde viveram nossos antepassados e hoje nós vivemos e é contra o racismo e a intolerância, que vivenciamos todos os dias”, destacou.

As reflexões que se seguiram na “roda de conversa” encontraram várias semelhanças, algumas diferenças e muitos desafios em comuns das lutas destas comunidades. No domingo, segundo dia do encontro, foi o momento de aprofundar a avaliação coletiva das lideranças – visto, ouvido e sentido – durante o intercâmbio na Aldeia Gyró.

Outro elemento bastante presente nas reflexões foi o cenário eleitoral no Brasil. Os discursos de um dos candidatos, a violência que estimula em sua campanha e as posturas ao longo de sua vida parlamentar, marcados pelo preconceito aos quilombolas, aos indígenas, aos migrantes, preocupam bastante as lideranças. Do mesmo modo, preocupa o apoio de uma parcela significativa da população, o que demonstra o quanto a sociedade brasileira precisa avançar na superação do preconceito e falta de informação.

Membros da Cáritas do Rio Grande do Sul afirmaram que a proposta é realizar a mesma atividade em outras regiões do estado, com o apoio da “Comitê e Serviço para ajudas Caritativas, em Favor de Países do Terceiro Mundo – Conferência Episcopal Italiana”.

O evento contou com a presença de comunidades quilombolas de Rincão da Faxina, Palmas, Brasa Moura e Nicanor da Luz; a comunidade indígena Aldeia Gyró; Migrantes Haitianos e Senegaleses; Pastoral Afro; Pastoral do Migrante; CIMI e agentes Cáritas de Pelotas, Rio Grande e Bagé, além do Secretariado Regional da Cáritas Brasileira, coordenador do Encontro. ♦



As reflexões que se seguiram na “roda de conversa” encontraram várias semelhanças, algumas diferenças e muitos desafios

Indígenas lutam há décadas para recuperar terras vendidas para fazendeiros no MS

Com 17 assassinatos, Mato Grosso do Sul foi o terceiro Estado mais letal do país no ano passado para povos indígenas, conforme relatório divulgado em setembro pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em 2016, Mato Grosso do Sul registrou 18 assassinatos

Por Karla Mendes, da Thomson Reuters Foundation

“Vieram para me matar”, disse o indígena Guarani-Ñandeva, de 50 anos, mostrando uma cicatriz nas costas. “Perdi muito sangue. Não consigo ficar muitas horas em pé mais.”

O atentado, que ocorreu perto da fronteira com o Paraguai, foi cometido por um pistoleiro a mando de um fazendeiro, segundo Pires.

O conflito foi provocado por terras situadas na cidade de Paranhos, no Mato Grosso do Sul.

“Atingiram meu cunhado no braço, estupraram uma mulher e cortaram todo o cabelo dela”, disse ele à Thomson Reuters Foundation a respeito do ataque.

“Sofremos (ataques) assim todo dia”, disse Pires nos bastidores de um encontro de líderes indígenas em agosto em Caarapó, no Mato Grosso do Sul.

A reunião foi realizada numa área conhecida como terra indígena Guyraroká, que também é alvo de disputa entre indígenas Kaiowá e fazendeiros e se tornou símbolo da luta pela demarcação de terras.

Em 2000, o Ministério da Justiça reconheceu a área que Pires e o povo Guarani-Ñandeva reivindicam como terra indígena Potrero Guaçu, depois que laudos antropológicos comprovaram os laços ancestrais da tribo.

Mas o processo de demarcação foi interrompido depois que fazendeiros entraram com ações judiciais por se recusarem a deixar a terra sem indenização, paralisando o processo.

O atentado contra Pires é parte de uma longa série de episódios de violência ligados a disputas de terra entre indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul.

Com 17 assassinatos, Mato Grosso do Sul foi o terceiro Estado mais letal do país no ano passado para povos indígenas, conforme relatório divulgado em setembro pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em 2016, Mato Grosso do Sul registrou 18 assassinatos.

O Cimi informou que muitas mortes estão ligadas a conflitos territoriais, já que a ausência de títulos de terras está por trás da maioria dos problemas que afligem a população indígena brasileira.

As autoridades dizem que os números reais de assassinatos são bem maiores.

“Sem dúvida, a violência tem aumentado”, disse o procurador federal Marco Antonio Delfino de Almeida, do banco do passageiro de uma caminhonete ao percorrer



Indígena Kaiowá Priscila Maciel Duarte Lopes posa para foto em Caarapó, Mato Grosso do Sul

plantações de soja e cana-de-açúcar a caminho do encontro dos líderes indígenas para ouvir suas reivindicações.

Almeida disse que a falta de títulos de terras é uma questão chave: o censo de 2010 mostrou que o Mato Grosso do Sul tem cerca de 73 mil habitantes que se autodeclararam indígenas, a segunda taxa mais alta do país, perdendo apenas para o Amazonas, com cerca de 169 mil.

Apesar disso, os indígenas de Mato Grosso do Sul detêm menos de um por cento dos títulos de terras no estado, afirmou Almeida. No Amazonas esse número chega a quase 30 por cento, de acordo com o Instituto Socioambiental (ISA).

“É um número desproporcional”, disse.

Impasse

A batalha judicial de várias décadas contra os agricultores por causa de terras ancestrais, disse Almeida, obrigou os indígenas a ocupar outras áreas para sobreviverem.

A pecuária foi um dos principais fatores da expropriação de terras indígenas, disse, uma vez que o Mato Grosso do Sul tem cerca de 2,7 milhões de habitantes,

conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) neste ano, e 22 milhões de cabeças de gado, de acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul).

Ao contrário de indígenas de outras partes do país, sobretudo na Amazônia, que batalham pelo direito de propriedade de terras públicas e devolutas, disse Almeida, no Mato Grosso do Sul os indígenas requerem a propriedade de terras ancestrais que foram vendidas – e transferidas oficialmente – a fazendeiros ao longo do último século.

O resultado, afirmou, é um impasse entre indígenas e fazendeiros, que se recusam a abrir mão dos títulos sem indenizações.

A Famasul disse por e-mail que, embora seus membros tenham adquirido suas terras legalmente há mais de 50 anos, “um número expressivo” de agricultores teve seus títulos questionados, e 143 propriedades foram invadidas.

“São ocorrências que evidenciam a insegurança jurídica vivenciada há décadas em nosso estado, resultante da falta de uma resposta definitiva, por parte do poder público, que garanta a pacificação no campo”, disse a Famasul.

O relatório do Cimi mostra que há 102 reivindicações de terra feitas por povos indígenas nas últimas duas décadas no Mato Grosso do Sul com alguma pendência administrativa. Muitas, informou, estão travadas nos tribunais, já que os agricultores judicializaram os processos de demarcação.

Apesar de a Constituição Federal vedar a indenização de terras indígenas, o Ministério Público Federal defende o pagamento de indenização aos ocupantes de terras indígenas que possuem títulos adquiridos de boa fé. Essa posição também recebeu favorável da Advocacia-Geral da União (AGU).

A decisão, disse Almeida, está nas mãos do Ministério da Justiça, mas a falta de vontade política emperrou o processo.

O Ministério da Justiça não respondeu a pedidos de resposta para a questão.

Reserva superlotada

terras ancestrais, disse o antropólogo Levi Marques Pereira.

“Na prática, essas reservas tornam o modo de vida indígena inviável... Como o processo de demarcação de terras indígenas está paralisado, a violência aumenta nas áreas de retomada”, explicou Pereira.

Priscila Maciel Duarte Lopes é uma das que – depois de passar a vida na reserva de Dourados – recentemente se mudou para um acampamento nos arredores da reserva, onde um grupo de indígenas tenta retomar suas terras dos fazendeiros.

“Não tem espaço na reserva para plantar para sobrevivência”, disse a indígena Kaiowá, de 56 anos, acrescentando que seus ancestrais estão sepultados na área.

“Essa terra é nossa... Nosso cemitério está lá... O rio que passa lá é nosso.”

Mas, relatou Priscila, ela e outros indígenas do acampamento estão enfrentando ataques cada vez frequentes por parte dos fazendeiros.

Muitos dos indígenas do Mato Grosso do Sul foram expulsos de suas terras durante o processo de colonização e posterior venda das terras para fazendeiros nos últimos 150 anos, disse Crizantho Alves Fialho Neto, indigenista especializado em questões fundiárias da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Dourados.

Durante esse período, disse ele, muitos foram assentados à força pelo governo em reservas indígenas depois de terem sido expulsos de suas terras ancestrais.

No início do século 20 foram criadas oito reservas indígenas, disse ele, e uma – a de Dourados – hoje é a aldeia indígena mais populosa do país, com cerca de 16 mil habitantes.

“Mato Grosso é um dos casos mais drásticos de expropriação indígena do país”, disse Fialho Neto.

Sem laços ancestrais com as reservas e sem terra suficiente para subsistência, muitos indígenas não conseguiram se adaptar à vida nas reservas e estão tentando retomar suas

“Eles vivem atirando na gente. O pistoleiro não deixa a gente mais descansar”, disse ela, mostrando seis balas que recolheu depois de um ataque ao acampamento realizado dois meses atrás, deixando várias pessoas feridas.

Priscila admitiu estar com medo, mas disse que não desistirá do seu Tekoha – palavra da língua guarani para ‘terra ancestral’ que significa o lugar físico “onde se realiza o modo de ser”.

Pires, o cacique, também sonha com o dia em que sua comunidade terá o direito de propriedade pleno de seu Tekoha.

Em 2015 ele e cerca de 160 famílias se mudaram para uma área de cerca de mil hectares, ou um quarto da área que foi reconhecida pelo governo como terra indígena Potrero-Guaçu e pertencente aos Guarani-Ñandeva.

“Nós temos direito à nossa terra. Nossa terra foi reconhecida pelo governo. Não queremos mais ter conflitos”, disse. ♦



Plenária da 3ª etapa da Oficina Político-jurídica. Aldeia Porto Praia, Tefé



Chantelle Teixeira, assessora jurídica do Regional Norte I e do projeto Garantindo Direitos

Oficinas encorajam indígenas na defesa de direitos políticos e jurídicos

Essa etapa da Oficina contou com a participação de 37 indígenas das aldeias Porto Praia de Baixo, Severino, Projeto Mapi, Boará de Cima e Boarazinho, dos povos Kokama, Apurinã, Kambeba e Kaixana

Por Lígia Kloster Apel, Ascom/Cimi Norte I

Autonomia e protagonismo indígenas foram as palavras-chave da 3ª etapa da Oficina Político-jurídica realizada entre os dias 15 a 17 de setembro, na aldeia Porto Praia de Baixo, em Tefé (AM). As Oficinas Político-jurídicas são uma das atividades de formação do projeto *Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes*.

As atividades que vêm sendo desenvolvidas desde 2016, nas aldeias dos municípios de Tefé, Maraã, Japurá, Caruari e Itamarati, alcançando os povos Kanamari, Madija Kulina, Deni, Miranha, Tikuna, Maku Nadëb, Kokama, Kambeba, Apurinã e Kaixana, com o objetivo de fortalecer as capacidades e conhecimentos dos povos indígenas dos municípios da região. O projeto é uma realização da Cáritas da Prelazia de Tefé e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Tefé, sendo apoiado pela União Europeia e Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional.

Para Chantelle Teixeira, assessora jurídica do Cimi Regional Norte I e do projeto, a terceira etapa da oficina de Tefé "foi um espaço não só de aprofundamento dos conhecimentos sobre direitos indígenas e políticas públicas indigenistas, mas de construção de um movimento indígena organizado e unido, e sua incidência para a efetivação desses direitos e a implementação de políticas públicas que respeitem e reflitam a realidade regional".

Chantelle avalia que o momento foi de protagonismo de lideranças indígenas e que, "agora, apropriadas de mais instrumentos de denúncia, podem analisar de forma crítica, realista e construtiva o contexto da organização do movimento indígena, discutir estratégias para a efetivação de seus direitos e para enfrentar as ameaças a estes direitos". Essa etapa da Oficina contou com a participação de 37 indígenas das aldeias Porto Praia de Baixo, Severino, Projeto Mapi, Boará de Cima e Boarazinho, dos povos Kokama, Apurinã, Kambeba, Kaixana.

Para a educadora Francisca Cardoso, que acompanhou os processos formativos, os participantes, além de adquirirem novos conhecimentos sobre seus direitos, "colocaram em prática o que aprenderam a fazer: elaboração de documentos que denunciam as violações de direitos que sofrem". Francisca conta que são muitos os direitos violados identificados em encontros, reuniões e mobilizações realizadas pelo CIMI em sua trajetória em defesa dos povos indígenas, cujo levantamento foi intensificado pelo projeto. "Nas áreas da saúde, educação e território, as violações de direitos são enfrentadas por todos os povos da região, mas há outras violações localizadas", explica Francisca em tom de denúncia. "Os

povos indígenas da região estão desassistidos em todas as políticas públicas a que têm direito", conclui.

Raimundo Freitas, coordenador do Cimi Tefé e do projeto, diz que a elaboração de documentos com as denúncias, reivindicações e, também, proposições, que precisam ser encaminhados aos órgãos responsáveis pelas políticas indigenistas, é um momento que consolida a autonomia dos indígenas na defesa de seus direitos. "A elaboração pelos participantes destes documentos nos trouxe a certeza de que o processo de formação contribuiu muito para fortalecer os indígenas", disse Raimundo, refletindo sobre as lideranças multiplicadoras dos aprendizados, pois a luta deve ser ampla e constante. "Diante das grandes ofensivas contra seus direitos constitucionais e originários, os indígenas estarão lutando para não perdê-los, e cada um dos participantes das oficinas tem a missão de, permanentemente, estar defendendo estes direitos, seus territórios e suas vidas para o fim da violência e das violações de direitos", pondera.

No aspecto do 'saber fazer', Chantelle, em sua avaliação, retrata também que os participantes "inspirados na análise da situação política nacional, por conta das eleições, puderam refletir a sua organização local e regional de forma a representar as especificidades dos povos e comunidades da região". Para a assessora, os indígenas "puderam analisar, repensar e ressignificar sua participação qualificada nos espaços de construção de políticas de governo municipal, estadual e federal e de controle social destas políticas".

Em uma avaliação geral, as equipes da Cáritas e do Cimi, responsáveis pelo projeto, percebem que as oficinas são importantes momentos no processo de fortalecimento dos conhecimentos e da autonomia dos indígenas. Esperam, conforme pontuou o coordenador do projeto, "que

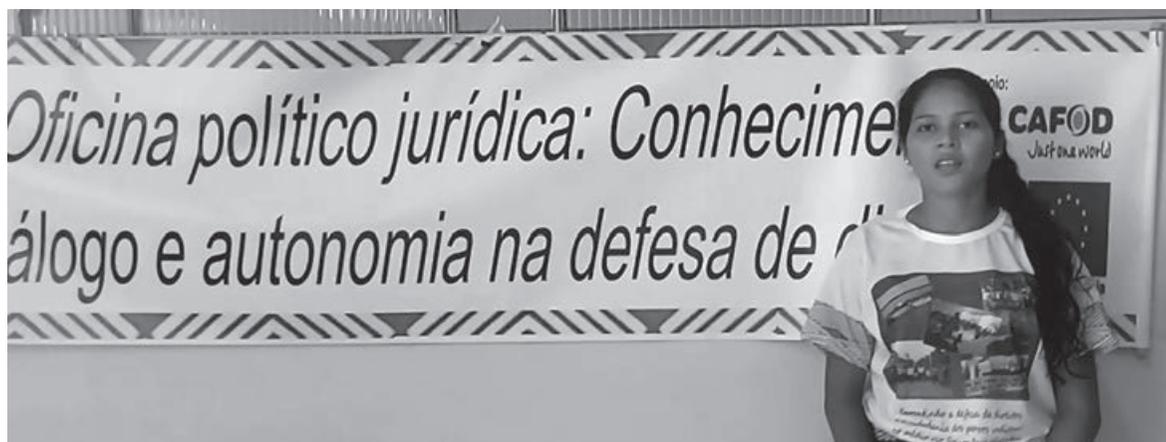
continuem se posicionando na cobrança e reparação das violações e se engajem de forma ativa nos espaços de proposição e controle social de políticas públicas específicas, promovendo e protegendo sua cultura, costumes e tradições".

Direitos individuais, coletivos e sociais

Confirmando os resultados e o anseio dos educadores, Valcidheice Kokama, da aldeia Boara de Cima, comentou a validade das atividades de formação trazidas pelas equipes e disse que as oficinas foram esclarecedoras: "foi nas oficinas que passei a conhecer o que são os direitos individuais e coletivos, direitos sociais, o papel do estado na criação, cumprimento e fiscalização dos direitos garantidos aos indígenas e que estão na Constituição Federal de 1988", declarou a Kokama, valorizando os debates e a troca de informações e conhecimentos.

Em momentos de encerramento de encontros, uma multiplicidade de sentimentos aflora entre os participantes. A sensação que fica é de gratidão e alegria pelo (re) encontro de parceiros vindos de diferentes lugares. Mas, também, recai um sentimento de aflição pelo retorno de cada um às suas aldeias. O distanciamento físico entre lideranças e educadores gera a impressão de fragilidade.

Para aproximar aqueles que estarão distantes, Raimundo diz aos participantes que "a força gerada durante os três dias da oficina acompanhará a missão de retornar e multiplicar os aprendizados". Afirma, também, que "o Cimi e a Cáritas de Tefé continuarão atuando na região do médio rio Solimões e afluentes, reforçando as iniciativas dos povos em incidências locais, nacionais, regionais para a garantia e defesa de seus direitos históricos e constitucionais. Essa é nossa missão". ♦



Cerca de dez povos são alcançados pelo projeto do Cimi Norte I. Entre as lideranças presentes na 3ª etapa da Oficina, Valcidheice Kokama

O encontro entre o Poder Político e o Poder Comunitário

Por **Lígia Kloster Apel**, Cimi Norte I,
com informações de Eduarde Bezerra e Nelma Catulino

Políticas indigenistas são iniciativas formuladas pelas diferentes esferas do Estado brasileiro e tratam das necessidades dos povos indígenas, visando o amparo e a proteção legal destas populações. Foram conquistadas na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal. De lá pra cá, muito avanço se obteve; tanto na demarcação de territórios quanto na implementação de políticas específicas. No entanto, nos últimos anos, tais políticas vêm, gradativamente, sendo ameaçadas pelo descaso dos governantes e sucateamento das instâncias federais, estaduais e municipais. Com o novo governo federal, eleito em 28 de outubro, tudo indica que a tendência é de piora. O próprio presidente eleito afirmou que “índio não terá mais um centímetro de terra”.

Vislumbrando o que 2019 reserva, representantes dos povos Maku Nadeb, Kanamari e Kaixana, das aldeias Jutai, Jeremias, Nova Canaã, São Joaquim e Mapari realizaram o Fórum de Políticas Indigenistas na cidade de Japurá, Amazonas, entre os dias 17 e 18 de outubro. Em âmbito municipal, as lideranças receberam representantes dos poderes Legislativo e Executivo.

O Fórum de Políticas Indigenistas de Japurá faz parte das atividades de Formação do projeto Garantindo a Defesa de Direitos e a Cidadania dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes, realizado pela Cáritas da Prelazia de Tefé e Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Tefé, financiado pela União Europeia e Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional.

As violações de direitos acontecem em todas as políticas conquistadas

Os temas debatidos no Fórum retratam a situação de violação de direitos a qual os indígenas estão submetidos na contemporaneidade. Há direitos violados nas áreas de educação, saúde, território e meio ambiente, no âmbito do município. As reivindicações são realizadas e contam com o empenho e compromisso dos órgãos responsáveis para terem encaminhamentos práticos de resolução, o que se espera também do Poder Legislativo, o que elabora as leis e fiscaliza a implementação das políticas públicas.

Na educação, as lideranças cobraram dos vereadores a aprovação do Projeto de Lei que cria o Núcleo de Educação Escolar Indígena de Japurá. José de Carvalho Kanamari, da



Povos Maku Nadeb e Kanamari realizam o Fórum de Políticas Indigenistas na cidade de Japurá (AM)

aldeia Nova Canaã, questiona: “o que está faltando para a aprovação do projeto, se ele já está na Casa pronto para ser votado?”. O vereador Antônio da Silva confirmou que “já está pronto para votação e que deverá ser apreciado depois das eleições, mas também pode ser até o dia 16 de dezembro”. Disse ainda que “é muito importante a participação dos indígenas no dia da votação”.

A indígena Lucilene Rocha, do povo Kaixana, aldeia Mapari, denunciou que o lixo da cidade não é coletado pela Prefeitura, mas levado pela chuva para o rio Mapari. “Está se tornando uma coisa séria para nossa saúde e nosso meio ambiente”, afirmou. A falta de fiscalização é a garantia da impunidade. O vereador disse que “o lixo é uma questão da Secretaria de Meio Ambiente, mas, sim, a Câmara pode cobrar”, afirmando que o fará “por meio de requerimento para que as providências sejam tomadas pelo poder executivo do município”. O secretário de Meio Ambiente, Mário Jorge, confirmou que “o lixo que vai para o rio Mapari é o lixo jogado na cidade pelos moradores de Japurá, arrastado após as chuvas”. O secretário se comprometeu em estudar a situação para buscar soluções.

Indagado sobre ações de responsabilidade do órgão na fiscalização contra os invasores das terras indígenas, o

Os temas debatidos no Fórum retratam a situação de violação de direitos que os indígenas sofrem. Há direitos violados nas áreas de educação, saúde, território e meio ambiente

secretário respondeu que o importante é somar esforços para evitar a irregularidade. O representante do Poder Público disse que dará apoio “para que os indígenas possam falar de planos de fiscalização de seus territórios e, então, orientar como proceder quando se depararem com a entrada de pessoas estranhas nas áreas indígenas para exploração de madeira, caça e pesca”.

Mesa redonda com a Coordenação da Educação Escolar Indígena

Um dos momentos mais importantes do Fórum foi a mesa redonda com a Coordenação de Educação Escolar Indígena. A chefe da pasta, Madalena da Silva, falou sobre o Programa Pirauara, que é oferecido pela Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc) para formação

de professores indígenas e subsídios didáticos. Madalena informou que “a licitação para seu funcionamento em Japurá está com o processo vencido”. Disse que o que tem feito é “questionar a Seduc sobre a possibilidade de oferecimento dos cursos”. Não há retorno, conforme a coordenadora.

Oswaldo Lopes Maku Nadeb, da aldeia Jeremias, denunciou à coordenadora que “a merenda escolar entregue na aldeia vem vencida”. Questionou: “queremos saber se a coordenadoria está acompanhando essa situação, porque tá difícil de resolver”. Madalena respondeu que a coordenação não acompanha as questões da merenda escolar, mas orientou: “a merenda vencida deve ser trazida ao município para realizar a troca por uma merenda dentro do prazo de validade”.

Os indígenas reforçaram a necessidade de participação no Conselho Municipal de Educação. Ocupar os espaços políticos é mais uma forma de pressionar a Prefeitura para a efetivação dos direitos à educação diferenciada e fiscalizar a políticas públicas em execução, defendem.

Rumo ao Fórum Regional de Políticas Indigenistas

Durante o mês de dezembro será realizado o Fórum Regional de Políticas Indigenistas, em Tefé. Um momento para reunir os povos indígenas da região do médio rio Solimões e afluentes para refletir sobre suas vidas e unir a luta contra a violação de direitos. A etapa regional do Fórum, em Japurá, reuniu denúncias e reivindicações. As lideranças estão prontas para compartilhar com os “parentes” de outros municípios. A lista não está pequena. ♦

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul
Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Lideranças indígenas reivindicam direito definitivo ao serviço de saúde das comunidades

A manifestação é contra a redução de estrutura e da frota de transporte sanitário para atendimento à saúde indígena, em risco via contrato emergencial

Por Michelle Calazans, Ascom/Cimi

Reunidos na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) no dia 1 de novembro, em Brasília/DF, lideranças indígenas dos povos Guarani, Xetá, Kaigang, Terena, Tupi-Guarani, Krenak e Pataxó, reivindicaram pela assinatura de contrato definitivo que garanta a concessão de veículos e motoristas para urgências e emergências nas aldeias. Há quase dois anos, esse modelo de assistência é disponibilizado por meio de contrato emergencial, que por sua vez, encerra dia 20 de janeiro de 2019 e ainda se encontra sem perspectiva de continuidade.

A manifestação das lideranças de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro foi iniciada a partir de um Plano de Transporte, desenvolvido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Curitiba, sem acompanhamento do Controle Social, que recebeu orientação de redução da frota de veículos e corte, com limite muito abaixo do previsto, por parte do Governo Federal. Originalmente, o planejamento previsto pelos povos indígenas almejava melhor adequação na logística dos veículos para atendimento à saúde das comunidades, conforme a necessidade dos povos. A reivindicação indígena exige segurança, licitação e garantias definitivas nos próximos contratos. Muito além de manter o cumprimento dos direitos constitucionais já conquistados, a proposta é ampliar melhorias na saúde indígena.

Segundo a presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Litoral Sul, Andreia Takua, o contrato emergencial não oferece segurança alguma aos indígenas que prestam serviço como motoristas nas aldeias. “Hoje, os nossos motoristas trabalham 24h em nossas comunidades sem insalubridade, seguro de vida ou hora extra. Eles correm riscos. Com o contrato definitivo nós teremos condições de pedir a manutenção do número de veículos que precisamos, por exemplo. O contrato emergencial vigente encerra dia 20 de janeiro e ainda não sabemos qual será o nosso futuro, se terá uma licitação ou se outro contrato emergencial será feito. O justo e digno é que eles tenham um contrato que garanta segurança”, esclareceu.

O Coordenador Tenondé da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Marcos dos Santos Tupã, reiterou, ainda, que a preocupação dos povos indígenas está voltada para a condução desse contrato emergencial ou definitivo, frente ao contexto político nacional em transição. “Estamos aqui, seis etnias unidas, para reivindicar a continuidade



Lideranças indígenas se preparando para a reivindicação no Ministério da Saúde

do direito à saúde, que é um direito social e humanitário dos povos indígenas. Inclusive ficamos surpresos quando a planilha de trabalho foi devolvida sem nenhuma expectativa de licitação. Estamos aqui para lutar e conseguir que a Sesai nos forneça um plano de trabalho permanente para nossas aldeias”, pontuou.

Para o vice-presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas no estado de São Paulo, Anildo Lulu Avaro Cadil, cacique da Aldeia Tereguá, a luta dos povos indígenas é complexa, apesar dos direitos estarem previstos na Constituição Federal de 1988, na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e também na Organização

das Nações Unidas (ONU). “A partir do momento que a gente tem uma educação diferenciada, uma secretaria especial dos povos indígenas e ainda nossos territórios, que é uma luta nacional, entendemos que nosso desafio é complicado. Enfrentamos muitos cortes e readequação que não atende a realidade da nossa comunidade. Nós não temos segurança e isso implica diretamente nas comunidades indígenas. Isso precisa mudar.

Resposta Sesai

Antônio Leopoldo Nogueira Neto, Chefe de Gabinete do Secretário da Sesai, recebeu as lideranças indígenas e afirmou que existe um esforço conjunto na Casa para combater o retrocesso de direitos indígenas. “A reivindicação das lideranças indígenas é legítima, pois a Sesai é a casa dos povos indígenas. O serviço prestado à saúde indígena hoje não vai parar, mas esbarramos na questão orçamentária. A perspectiva é que o formato de trabalho, via contrato emergencial, seja mantido até que o contrato definitivo possa ser viabilizado, de fato”, assegurou.

“Estamos aqui, seis etnias unidas, para reivindicar a continuidade do direito à saúde, que é um direito social e humanitário dos povos indígenas”

Marcos Tupã



Coordenador Tenondé da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Marcos dos Santos Tupã



Indígenas na sede da Casa de Saúde do Índio, em Vila Izabel, Curitiba

Foto: Michelle Calazans/Cimi

Foto: Antônio Nascimento/Banda B

O Chefe de Gabinete se comprometeu em lançar uma licitação, com o intuito de consolidar o contrato definitivo, até o dia 20 de janeiro, que é o prazo final de encerramento do atual contrato emergencial. No entanto, ressaltou Antônio Leopoldo Nogueira Neto, o processo prático após o lançamento da licitação, segue por mais 60 dias, possivelmente.

Acerca do convênio, o Chefe de Gabinete ressaltou que pretende rever as categorias profissionais, em conjunto com as lideranças indígenas, a fim de verificar a melhor estratégia para redistribuição desses profissionais conforme a necessidade apresentada pelos povos. “O momento é de muito trabalho também para fechar as contas nesta legislatura em ordem, para que no próximo governo, que se inicia em 1º de janeiro, tenhamos saldo favorável para trabalhar conforme as demandas apresentadas pelos povos indígenas”, completou.

Protesto contra mudança em serviço de saúde indígena

Em Curitiba, aproximadamente 100 indígenas ocuparam, no final de outubro, a sede da Casa de Saúde do Índio, localizada na Vila Izabel. Segundo os indígenas, o ato acontece porque houve um corte na verba destinada à saúde indígena, ocasionando a redução de viaturas que prestam socorro às comunidades e para que estas aldeias não fiquem desassistidas. O distrito sanitário de saúde ocupado integra Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

É importante ressaltar também que neste momento outros indígenas estão se mobilizando para reforçar as mobilizações, que seguirão no próximo período. Em nota de esclarecimento, os indígenas reiteram, também, que o movimento se manterá até que haja uma resposta positiva para a situação, quando a comissão retornar de Brasília com o documento assinado em mãos: “Nós povos indígenas, por meio do Condisi Litoral Sul, esclarecemos que o movimento indígena que acontece desde o dia 29/10/2018 em Curitiba, na sede do Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI), localizado na rua Professor Brasília Ovídio da Costa, 639, no Vila Izabel é um movimento pacífico que já havia sido articulado há mais de uma semana”.

Nota de esclarecimento

Nós povos indígenas, por meio do Condisi Litoral Sul, esclarecemos que o movimento indígena que acontece desde o dia 29/10/2018 em Curitiba, na sede do Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI), localizado na rua Professor Brasília Ovídio da Costa, 639, no Vila Izabel é um movimento pacífico que já havia sido articulado há mais de uma semana.

O ato acontece porque houve um corte na verba destinada à saúde indígena, ocasionando a redução de viaturas que prestam socorro às comunidades e para que estas aldeias não fiquem desassistidas, fez-se necessária a realização desta assembleia para reivindicar a celebração da licitação de locação de veículos e contratação de motoristas. Atualmente, o DSEI possui três contratos emergenciais, sem possibilidade de prorrogação, que são válidos até dezembro de 2018. Para que as comunidades que dependem do serviço, não sejam prejudicadas, foi decidido em assembleia que uma comissão iria até Brasília, apresentar o documento na 6ª Câmara, e garantir que a licitação ocorra da forma como foi encaminhada sem a redução de veículos e de mão de obra, pelo período de um ano.

A movimento se manterá até que haja uma resposta positiva para a situação, quando a comissão retornar de Brasília com o documento assinado em mãos. Ressaltamos que o DSEI Litoral Sul está funcionando normalmente e o movimento não afetou a rotina de trabalho dos funcionários.



Subprocurador-geral da República, Roberto Luis Oppermann Thomé, e o secretário adjunto da Sesai, Márcio Godoi Spíndola, na Câmara de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF

Sesai garante adequação da frota de transporte sanitário para atendimento à saúde indígena

Por Michelle Calazans, Ascom/Cimi

Lideranças indígenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná conquistaram, no dia 5 de novembro, na sede do Ministério da Saúde, em Brasília/DF, o direito de adequação da frota de transporte sanitário para atendimento à saúde indígena dos povos Guarani, Xetá, Kaingang, Terena, Tupi-Guarani, Krenak e Pataxó. O secretário adjunto da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Márcio Godoi Spíndola, se comprometeu em providenciar, por meio de processo licitatório com publicação de edital ainda neste ano, a contratação emergencial para renovação contratual da frota, cumprindo assim, a permanência 118 veículos e 202 motoristas, prevista no Plano de Transporte. Garantindo ainda, o não remanejamento do orçamento atual.

A decisão foi apresentada após intensa articulação das lideranças indígenas com o subprocurador-geral da República, Roberto Luis Oppermann Thomé e o secretário adjunto da Sesai, Márcio Godoi Spíndola, na Câmara de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (6CCR/MPF). A decisão é resultado, também, da reunião realizada na última quinta-feira (01) com Antônio Leopoldo Nogueira Neto, Chefe de Gabinete do Secretário da Sesai. Somada, ainda, à mobilização de mais de 200 indígenas que ocupam, desde a madrugada do dia 29 de outubro, a sede da Casa de Saúde do Índio, localizada na Vila Izabel, em Curitiba.

Para a presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Litoral Sul, Andreia Takua, a decisão representa uma importante conquista para as comunidades que enfrentam diversas dificuldades, provocadas inclusive, pelo corte de 10% no Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI). “Estamos aqui, para dar a vida, caso necessário, em defesa das nossas comunidades. Não podemos permitir que nenhum tipo de retrocesso seja aplicado aos direitos constitucionais dos povos indígenas. Atualmente, dos 118 veículos previstos no Plano de Transporte, estão rodando apenas 80, existe um déficit de 38. Além disso, dos carros em circulação, grande parte está sucateada. A situação está crítica”, explicou.

O Cacique Pataxó Paraty (RJ), Leonardo Muniz Ribeiro, reivindica também que o comprometimento da Sesai precisa se estender às condições dos veículos em uso. “Nós estamos sofrendo. Alguns carros utilizados para o serviço de urgência e emergência dos povos indígenas estão caindo aos pedaços. O veículo que tem a função de salvar vidas está nos colo-



Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Litoral Sul, Andreia Takua



Cacique Pataxó Paraty (RJ), Leonardo Muniz Ribeiro

cando em risco constantemente, com a falta de freio na estrada, por exemplo. A empresa contratada, via contrato emergencial, não faz a manutenção dos veículos e quando acontece os carros ficam parados por dois ou três meses, o que prejudica muito nossa comunidade. Desde 2016 estamos reclamando sobre a precariedade enfrentada”, ressaltou.

Segundo o secretário Márcio Godoi Spíndola, o compromisso firmado com os povos indígenas é institucional, independente de quem esteja à frente na pasta ou do governo, pois trata-se de direito conquistado: “Neste momento, é possível garantir que se tenha continuidade desse serviço prestado via licitação ou frota própria, ainda neste ano, que terá o edital publicado ainda neste ano, conforme Plano de Transporte. Para que esse processo seja implementado o quanto antes, temos agenda confirmada para esta sexta, dia 09 de novembro, no DSEI de Curitiba. Confirmo, também, que não haverá remanejamento do orçamento atual”.

Por fim, questionado sobre a situação do convênio, Márcio Godoi Spíndola, pontuou que diante de uma justificativa técnica é possível fazer remanejamento de profissionais para melhor aproveitamento do orçamento disponível, conforme demanda pleiteada pelas lideranças indígenas.

O subprocurador-geral da República, Roberto Luis Oppermann Thomé, afirmou que a reunião no dia 09 de novembro contará com a presença de um representante da 6ª Câmara. “Muito além do que um compromisso institucional, assumo um compromisso pessoal para que os povos indígenas tenham acesso a esse serviço de saúde. No próximo dia 20 tem agenda confirmada com a equipe de transição do novo governo eleito com todas as Câmaras do MPF, para continuidade do trabalho na legislatura 2019-2022”, enfatizou.

Roberto Luis Oppermann Thomé também questionou que o desafio orçamentário enfrentado pelas comunidades indígenas é uma realidade compartilhada no próprio MPF, tendo em vista a vigência do Novo Regime Fiscal/Teto dos Gastos Públicos.

As lideranças indígenas representaram, também, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste), o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepisp), o Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) do Litoral Sul, bem como jovens e indígenas. ♦

Oumua

Roteiro:
Renato Santana
Desenho:
Otto Mendes



Sem saber como era o mundo exterior, viviam homens, mulheres e animais em perfeita harmonia, no interior da pedra.

Mesmo felizes, livres de violências e infortúnios, um pequeno animal decidiu olhar o que havia fora da pedra. Avistou um flor.



Encantados com a flor, os seres vivos decidiram sair da pedra e desbravar as belezas deste mundo desconhecido.

Um ancião decidiu ficar no interior da pedra por temer as violências que os aguardavam.

Não era o primeiro mundo avistado fora da pedra. O ancião, que muito já tinha visto, seguiu em sua jornada.

